

| 49 | A TRANSFIGURAÇÃO DA POLÍTICA E A BANALIZAÇÃO DO
ESPAÇO: OS AJUSTES URBANOS DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA
DESCONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

Gustavo Godinho Benedito

Resumo

Partimos de uma questão: os planejamentos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro constituem-se como contra-reformas urbanas. Objetivar-se-á analisar as continuidades e descontinuidades entre o PECEI e o PECEII da cidade do Rio de Janeiro como forma de elucidar a racionalidade contra-reformista inerente a tal forma de planejamento de cidades. Referimo-nos a uma série de modernizações conservadoras que fragmentam o tecido urbano da cidade em virtude da racionalidade de que, em uma economia globalizada, é urgente a adoção de ajustes estratégicos para a inserção das cidades nos fluxos de capitais globais.

Palavras-chave: Planejamento; racionalidade; contra-reforma.

Os sentidos dos planejamentos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro

Partimos de uma questão que norteia o presente trabalho: os planejamentos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (PECEI e PECEII) constituem-se como contra-reformas urbanas, cooptando um conjunto de princípios e procedimentos balizados no ideário da reforma urbana para então esvaziá-los de sentido. Referimo-nos a uma série de modernizações conservadoras¹ que fragmentam o tecido urbano da cidade em virtude da racionalidade de que, em uma economia globalizada, é urgente a adoção de ajustes estratégicos para a inserção das cidades nos fluxos de capitais globais. Globalização, fragmentação e hierarquização são, portanto, pares dialéticos de uma mesma tendência – a banalização do espaço urbano e a transfiguração da política² na cidade do Rio de Janeiro. Destarte, objetivar-se-á analisar criticamente a perspectiva de desenvolvimento inerente ao planejamento estratégico da cidade elucidando os ajustes espaciais no Rio de Janeiro a partir do PECEII, uma vez que, em consonância com a nossa tese, acreditamos que dois princípios

¹Termo cunhado por Barrington Moore para designar o modelo autoritário e excludente de desenvolvimento capitalista. TAVARES (1993). A apropriação da expressão no presente trabalho segue as reflexões da autora, ora servindo para demonstrar a tecnocracia inerente ao PECEI, ora para designar os interesses que norteiam os ajustes espaciais no Rio de Janeiro.

² Utilizamos a expressão “transfiguração da política” para designar uma série de estratégias de cooptação do ideário da reforma urbana pelo PECEII para então esvaziá-lo de sentido. Sendo assim, fica evidente para o leitor que não estamos defendendo que a plataforma política da reforma urbana na década de 1980 foi concretizada tampouco possa ser denominada como a “verdadeira política”, nos sentido de Pogrebinski (2009). Caso estivéssemos em desfeita reforma urbana e não de uma revolução urbana, o termo “anulação da política” tornaria-se mais coerente.

fundamentais do PECII fornecem bases para a postulação de que vivenciamos um período contra-reformista³: as perspectivas do desenvolvimento local e da participação popular associadas à descentralização apregoada na atual forma de planejamento e gestão da cidade.

A contra-reforma urbana chamada planejamento estratégico

A fragmentação do tecido urbano do Rio de Janeiro não é um fenômeno recente - cidade partida, cidade dual, cidade da exclusão e cidade desigual são termos constantemente apontados nos debates políticos, acadêmicos e no cotidiano da cidade, como forma de descrever as mudanças em curso no Rio de Janeiro frente ao processo de reestruturação produtiva. Neste sentido, tais debates se referem a um processo de desigualização do espaço, ou melhor, da acentuação das desigualizações espaciais desencadeadas pela globalização da economia que, no espaço, tendem a se manifestar pela crescente oposição/hierarquização de classes no espaço social. Este fenômeno pode ser observado em Ribeiro (1999) através de sua análise e elaboração de tipologias da evolução da estrutura socioespacial desigual do Rio de Janeiro desde 1980, uma vez que aponta que a conclusão de Sassen (1991) acerca da tendência à constituição de uma estrutura social bi-modal, tanto em termos de estrutura socioprofissional quanto da distribuição de renda, em virtude da globalização das economias urbanas, não é satisfatória; o que se observa é uma cidade desigual, e não dual, o que corrobora com a afirmação de que globalização e fragmentação são pares dialéticos de um mesmo processo em curso no espaço social das metrópoles.(Carlos, 1994, 2001).

Ajustes urbanos, planejamentos estratégicos, renovações urbanas, parcerias público-privadas e governança urbana são expressões que revelam e obscurecem o atual momento da metrópole do Rio de Janeiro. Revelam modernizações no espaço, entretanto obscurecem o caráter conservador que tais propostas encerram. Neste sentido, caminhar em busca da desconstrução da racionalidade e dos agentes produtores do espaço urbano hoje, tanto quanto de suas estratégias, é tarefa urgente em contraponto à urgência propalada para

³A generalização de fenômenos de transformismo, a busca por parte do neoliberalismo para apresentar-se como uma "reforma", o não acolhimento de exigências que venham da população, a restauração plena da economia política do capital, a cooptação de ideias reformistas e a transfiguração de seu sentido fazem parte da noção de contra-reforma delineada por A.Gramsci, em associação com o conceito de Revolução Passiva, nos Cadernos do Cárcere (2002). Seguindo suas arguições e buscando associá-las com as cooptações estratégicas do ideário da reforma urbana por parte do PECEJII, buscar-se-á apresentar, neste trabalho, o Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro como uma contra-reforma urbana.

a cidade do Rio de Janeiro: a urgência da inserção da cidade em uma economia global a qualquer custo. Estamos diante de “alternativas infernais”? (Acselrad, 2009).

Após os avanços democráticos que marcaram a história política brasileira na década de 1980, muitos ativistas e militantes cultivaram a esperança de que os anos 90 trariam a consolidação destas conquistas, no que tange à democratização da gestão e planejamento das cidades. De fato, como apresenta Compans (2005, p. 15), “tais princípios foram reproduzidos na redação de constituições estaduais, leis orgânicas e planos diretores”. Mas, como nos mostra a autora, “essas vitórias no campo normativo revelaram-se frágeis ao não traduzirem compromissos sociais amplos e duradouros”. Isso ocorreu em algumas cidades brasileiras, como no caso da cidade do Rio de Janeiro que, além do jogo político desfavorável na escala local (traduz-se: pela emergência da “era César Maia⁴”), outros fatores ocorreram para que “a agenda da reforma urbana não fosse implantada” – a ascensão do neoliberalismo no plano nacional a partir de 1990, com a eleição de Fernando Collor, representando a substituição da agenda reformista pela agenda de inserção competitiva em um fenômeno que era percebido como novo no Brasil (a globalização), em consonância com a mobilidade adquirida pelo capital com a globalização financeira e a reestruturação produtiva e as “chantagens locacionais” (Acselrad, 2009) associadas a este processo e, como parte destas transformações, as múltiplas desregulações apregoadas pelo Estado Nacional. Este processo engendra, portanto, o aumento da competitividade entre municípios pela atração de investimentos, introduzindo uma nova racionalidade nas formas de gestão e planejamento, agora dita estratégica, reforçando termos como ajustes urbanos, planejamentos estratégicos, renovações urbanas, parcerias público-privadas e governança urbana no imaginário social da cidade do Rio de Janeiro; todo um conjunto de representações acerca do desenvolvimento necessário e urgente para a cidade do Rio de Janeiro.

Sem deixar de ser uma (in)sustentável “cidade-vitrine”, nos dizeres de Sánchez (1999, 2001), a cidade do Rio de Janeiro começa a ser percebida, concebida e vivida como uma grande empresa, sujeita à racionalidade da relação custo-benefício, na qual o anterior planejamento capitaneado pelo Estado e pautado no ideário da reforma urbana é substituído por um planejamento estratégico. Essa nova forma de gestão e planejamento, estruturados com base nos princípios desenvolvidos na Harvard Business School, parte do pressuposto de

⁴Referimo-nos a um período em que se observa uma série de estratégias de cunho neoliberal desencadeadas a partir de 1993 no espaço urbano do Rio de Janeiro, com o enfoque na elaboração do PECRJI e PECRJII.

que as cidades devem ser vistas e (des)organizadas como as grandes empresas. Nada mais enfático do que a expressão de dois significativos defensores e promotores da materialização da agenda neoliberal no espaço urbano: “as grandes cidades são as multinacionais do século XXI” (Borja & Castells, 1997, p.190).

Se Harvey (2004) já demonstrara que tanto quanto a super-exploração do trabalho e o emprego de altas tecnologias, a busca de um ajuste ou solução espacial (na sua terminologia, *spatialfix*) é um recurso fundamental para a expansão do mercado e para uma possível defesa do capitalismo de suas crises de acumulação, é compreensível que as cidades se reconstituem a partir desse movimento no sentido de diferenciarem-se “de outras localidades com as quais disputa a “hospedagem” de novos investimentos externos”. Sendo assim, fica claro que o

embarque numa trajetória competitiva perante outras localidades em disputa pelos mesmos recursos apresenta-se, assim, como uma tendência funcional aos interesses dos beneficiários do processo de centralização do capital que a globalização e a financeirização da acumulação produzem (Fernandes, 2001, p.34).

O planejamento e gestão urbanos não ficam fora desse mainstream teórico e prático. Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista (com influência keynesiana e fordista, tendo o Estado como portador da racionalidade de controle do desenvolvimento capitalista), “defensora de uma intervenção ativa para a reconstrução física das cidades que também seria uma reconstrução social e moral” (FRIDMAN, 2003, p.2), passou a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanharam a reestruturação produtiva no final do século XX, dando origem a um paradigma de planejamento largamente inspirado nas teorias de gestão empresarial, fazendo juz à vocação “liberal e competitiva que as cidades supostamente passaram a ter: o planejamento estratégico.” (Whitaker Ferreira, 2007, p. 116).

É possível afirmar que tal paradigma é sintomático da reorientação das posturas das governanças urbanas, que no contexto da globalização, tomam posturas “empreendedoras” ao invés de “administrativas” (característica das décadas anteriores à 70/80). (Harvey, 2005). O colapso da crença no planejamento racional e centralizado (tendo o Estado como portador da “racionalidade planejadora”) faz parte de um movimento de transformação das relações sociais e ideológicas a partir da década de 70, onde são questionadas as limitações do antigo paradigma de planejamento diante de um mundo globalizado. Se antes se percebia um “urbanismo dos administradores”, expressivo de uma

intervenção estatal (baseada no welfarestate) que visava administrar a cidade e prometia o acesso a um “valor-de-uso” chamado “cidade”, agora se visualiza um “urbanismo dos promotores de vendas”, onde a cidade é vista como mais uma mercadoria a ser vendida, prevalecendo-se o valor-de-troca. Pedindo desculpas a Lefebvre (2001) por tal analogia, o planejamento estratégico emerge justamente no sentido que o autor propõe em sua caracterização dos urbanismos, já que no novo cenário as cidades devem ser pensadas como empresas (idéia central do planejamento estratégico). Esmiucemos de melhor forma essas mudanças: o planejamento regulatório pautado na racionalidade estatal de estilo Keynesiano (que tinha como missão criar condições à sobrevivência do capitalismo a longo prazo, mesmo que fosse necessário ir contra interesses imediatos de alguns capitalistas) esboroa-se em formas “mercadófilas” que priorizam a administração da cidade no “aqui e agora”, uma intentona semelhante ao “just-in-time” empresarial.

Os clamores por um “Estado mínimo”, fruto do esgotamento das posturas Keynesianas de promoção do “desenvolvimento” a partir de elevados gastos sociais por parte do Estado, consolida-se na “vitória” do neoliberalismo na virada dos anos 70 para os anos 80. (Mészáros,2004). A crise do chamado welfare-state associada ao avanço da hegemonia ideológica do neoliberalismo consubstancia-se em uma nova modalidade de planejamento, simbolizada pela ascensão da perspectiva de uma “governança local” em detrimento de modelos estatais de “governo local”. A simbiose entre setor público e privado ganha notoriedade nessa governança local, que para Harvey (2005) significa nada mais nada menos do que a transformação do administrativismo para o empreendedorismo urbano.

Se no administrativismo percebia-se um planejamento reprodutor do status quo capitalista associado a fortes políticas estatais interventoras no “desenvolvimento”, no “empreendedorismo urbano” o que se nota é um suporte direto aos interesses capitalistas, sinalizado pelo clamor às chamadas parcerias público-privadas.

Nesse cenário, surge um ataque frontal à viabilidade do antigo planejamento dar conta do desenvolvimento das cidades em uma competição agora amparada pelo meio técnico-científico-informacional de proporção global (Santos, 2006), amplamente por conta da inibição/barreira às localizações empresarias ótimas que o antigo planejamento proporciona. A rigidez do planejamento amparado no Estado como portador da racionalidade administrativa esboroa-se sob o imperativo da urgência da competitividade.

É assim que é propalada uma nova forma de ver a cidade e o planejamento pós-reestruturação produtiva, que agora devem acompanhar as tendências do mercado globalizado. Se estamos na era da globalização, da desregulamentação e do “Estado mínimo”, o imperativo é a substituição de um “planejamento forte” por um “planejamento fraco” (Souza, 2006), dando conta de um mundo flexível, globalizado e altamente competitivo. É assim que a nova questão urbana teria “como nexos central a problemática da competitividade urbana” (Vainer, 2000, p. 16).

Sendo assim, da mesma forma que na década de 1980 ocorreram intensas lutas em busca da reforma urbana e pela constituição do plano diretor do Rio de Janeiro, na década de 1990 o pressuposto fundamental para a reconstrução do Rio de Janeiro é de que a

A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração (Castells, 1990, p.14, *apud* Vainer, 2000, p.76).

Define-se uma nova meta para cidade: a inserção do Rio de Janeiro na globalização através de uma série de ajustes urbanos que, através de uma narrativa escalar que evidencia a relação local-global como forma de sustentabilidade às cidades diante de uma economia globalizada, consubstancia-se na elaboração do Primeiro Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, denominado PECRJ I - Rio sempre Rio, em 1993. Sob a justificativa de que o Rio de Janeiro vivenciava um período de baixa auto-estima (em virtude da violência, da deterioração das condições de vida e a degradação do espaço urbano, a saída de inúmeras empresas da cidade, dentre outros fatores), o PEC I pretendeu mobilizar a coletividade para se pensar a urgência da adoção de ajustes urbanos.

Através de um acordo de cooperação entre a Prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, constitui-se o Consórcio Mantenedor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), com o objetivo de custear, supervisionar e contratar a equipe técnica para a elaboração do plano. A contratação da TUBSA-Tecnologies Urbanes de Barcelona S.A. foi o marco decisório para evidenciar uma nova postura que a prefeitura estava tomando diante da tentativa de inserção da cidade na globalização: a adoção do “modelo Barcelona” de sucesso.

Após oito anos do PECRJ I - Rio sempre Rio, na chamada “era César Maia”, em 2001 surge o Segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ II), denominado “As cidades da Cidade”; um desdobramento com continuidades/descontinuidades ao plano

anterior. A racionalidade do planejamento mantém-se a mesma, entretanto as narrativas escalares, os agentes político-econômicos e a relação Estado-Sociedade Civil que influenciaram os planos divergem em forma e conteúdo.

Se no PECRJI observa-se a forte influência dos consultores catalães, a visualização e o discurso acerca da inserção do Rio de Janeiro nos fluxos globais sem se preocupar com uma organização sistemática do tecido urbano (e, nesse sentido, diversas medidas pontuais na cidade eram vistas como forma de desencadear uma “metástase positiva”), e uma preocupação incipiente em dialogar com a população (uma vez que a Prefeitura era a “representação” dos cidadãos), no PECRJ II percebe-se o discurso do Banco Mundial como o agente político-econômico de imensa influência, um desvio do olhar do global apenas e uma atenção à escala local para a realização da fragmentação do tecido urbano em 12 regiões da cidade e a busca de um maior diálogo com a população para o exercício da hegemonia por consentimento. Um sofisticado “aparelho de hegemonia” contra-reformista (Buci-gluckmann, 1980) baseado no tripé descentralização/participação/fragmentação sendo consubstanciado para a realização dos princípios desenvolvimento econômico local (DEL) e reprodução da concepção do espaço urbano do Rio de Janeiro como uma “grande multinacional do século XXI”.

O diálogo com o Banco Mundial estabelecido no PECII desencadeou a sofisticação das estratégias contra-reformistas, no momento em que fragmenta o tecido urbano e descentraliza a gestão, apontando que o

A abordagem das regiões apontou, ao realçar as diversidades e o papel diferenciado que cada uma desempenhará na cidade, os elementos básicos a serem impulsionados, a partir das potencialidades originais de cada região, na promoção do desenvolvimento endógeno, conceito fundamental que orientou a elaboração dos Planos Estratégicos Regionais” (Prefeitura (RJ), 2004, p.206).

Destarte, enquanto no PECEI a racionalidade era de desenvolver uma cidade competitiva e global, amparada na matriz teórica da Universidade de Harvard e no “modelo Barcelona de sucesso”, no PECII emerge o diálogo com o Banco Mundial e a inspiração em seus pressupostos acerca do desenvolvimento endógeno, inaugurando um momento em que participação popular, descentralização e fragmentação são os pilares estratégicos para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Se no primeiro plano havia um olhar homogêneo sobre a cidade, no segundo reconheceu-se (estrategicamente) a heterogeneidade da cidade, a partir da fragmentação em doze regiões com objetivos específicos para cada

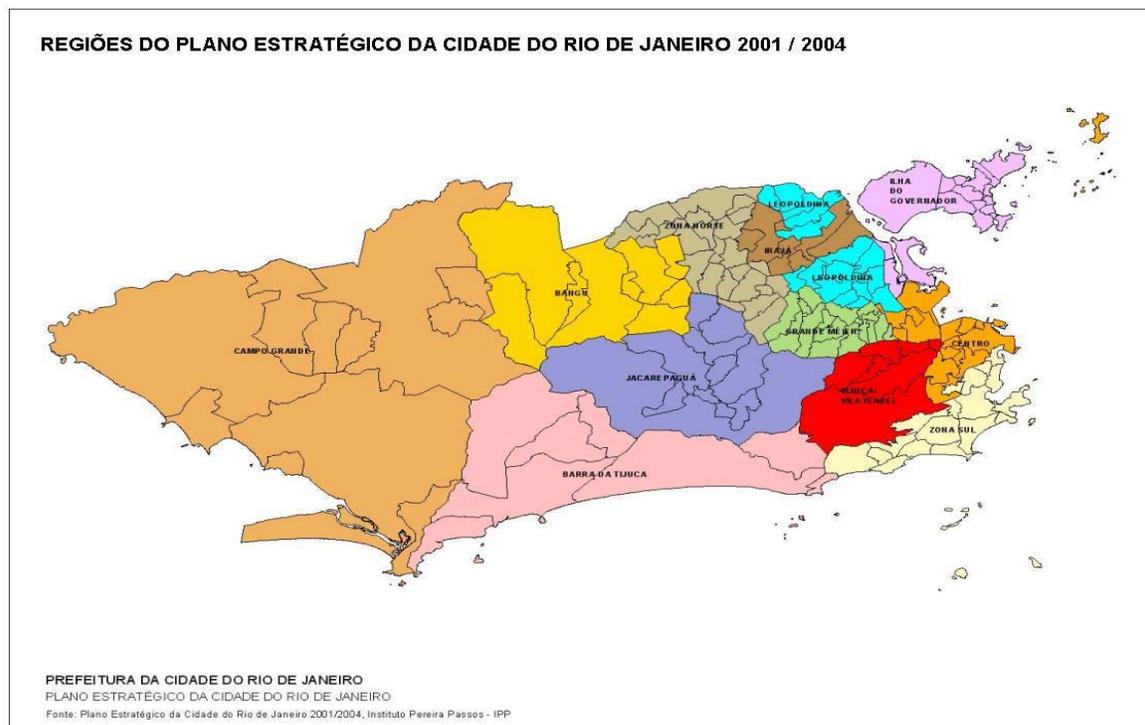
uma delas consideradas cidades per se, donde o nome do plano “As cidades da cidade”. Associado à descentralização e fragmentação da gestão e do tecido urbano, é inerente às estratégias contra-reformistas do planejamento estratégico “As cidades da cidade” a valorização (estratégica) da participação popular, no momento em que o PECII

foi orientado no sentido de ampliar uma autêntica e mais representativa participação dos cidadãos comuns [...]. Nesta nova fase, o foco deixou de ser a busca de uma nova identidade para fortalecer a cidade e inseri-la de forma competitiva no cenário mundial, mas encontrar meios que pudessem indicar os caminhos em direção ao futuro desejável para cada região e, a partir da *articulação harmônica e conciliada* desses caminhos, construir uma cidade mais solidária, com igualdade de oportunidades para todos. [...] As aspirações dos cidadãos podem ser efetivamente realizadas quando o planejamento estratégico é utilizado corretamente – e de forma consistente – como ferramenta para uma definição adequada e *consensual* de novos rumos. (Prefeitura (RJ), 2004, p.9. Grifo nosso).

Nesta apresentação do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, até então César Maia, fica evidente que é inerente à descentralização e fragmentação a estratégia de participar na gestão da cidade. Entretanto, como a mesma citação incita, não é uma participação pela valorização das diferenças, e sim uma participação consensual, conciliada e harmônica, vale dizer, estratégica. O tripé descentralização/fragmentação/participação como estratégias de contra-reforma urbana se torna evidente nesta perspectiva de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro amparada nos princípios do desenvolvimento endógeno apregoados pelo Banco Mundial. O PECII “As cidades da cidade” é, portanto, uma sofisticação dos mecanismos de contra-reforma urbana presentes no planejamento anterior da cidade do Rio de Janeiro.

Destarte, o PECCRJ II pode ser compreendido como uma sofisticação das estratégias contra-reformistas já delineadas no PEC I, tendo como novas táticas a realização do consenso através da valorização da “participação popular” e a acentuação da fragmentação do tecido urbano no momento em que divide a cidade em doze regiões, conforme o mapa seguinte.

Fragmentação do tecido urbano, participação popular e descentralização do gerenciamento da cidade amparados nos princípios do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) – como aglutinar tais pressupostos e evidenciar que constituem-se como parte de uma contra-reforma delineada pelos planejamentos estratégicos da cidade? Podemos afirmar que se percebe, no Rio de Janeiro, uma “transfiguração da política”, como apresentado no título deste trabalho?



Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. 2001-2004. IPP.

Nosso pressuposto é que os planejamentos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (PECI e PECII) constituem-se como contra-reformas urbanas, cooptando um conjunto de princípios e procedimentos balizados no ideário da reforma urbana para então esvaziá-los de sentido. Referimo-nos a uma série de modernizações conservadoras que fragmentam o tecido urbano da cidade em virtude da racionalidade de que, em uma economia globalizada, é urgente a adoção de ajustes estratégicos para a inserção das cidades nos fluxos de capitais globais.

Referências

ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental - considerações sobre o controle das demandas no Brasil contemporâneo. XIII Encontro Nacional da ANPUR, 2009.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Ciudades em transición. Resumen estrategia del banco mundial para los gobiernos**. Banco Mundial. Grupo de infraestructura Desarrollo Urbano, Washington, 2000.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento econômico local: um manual para a implantação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação**. Washington, 2006.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução da cidade como “negócio”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carles. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 29-37.

CARVALHO, Mônica de. Cidade-global: anotações críticas sobre um conceito. São Paulo em perspectiva – **Revista da Fundação Seade**, vol.14, n.4, Out./Dez. 2000. São Paulo.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe (org.). **A cidade estratégica: nova retórica e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro: a impostura do Porto de Sepetiba**. RJ: DP&A, 2001.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000**. Dissertação, IPPUR, 2007.

COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade? In: **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. ACSELRAD, Henri. (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

DEÁK, C. Globalização ou crise global. **IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 28/05-01/06/2001.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. RJ: Consequência, 2011.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço e debates: Revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo, Núcleo de estudos regionais e urbanos, ano XVII, n.41, p.26-45, 2001.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global: o papel da ideologia da produção do espaço urbano.** Petrópolis, RJ: 2007.

FRIDMAN, Fania; SIQUEIRA, Eduardo Cezar. Uma cidadela global no Rio de Janeiro. *Enpublicacion: Rio de Janeiro, n.9, Planejamento das Cidades.* LPP, **Laboratório de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro. JANEIRO/ ABRIL, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIA, Grazia de. Reforma Urbana e Estatuto da cidade: uma lógica para o enfrentamento da desigualdade. **Proposta.** N.93/94, junho/novembro de 2002.

LEFEBVRE, Henri. **DialecticalMaterialism.** Universityof Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.**São Paulo: Centauro, 2001.

Henri Lefebvre: theory and the possible. London: Continuum, 2004.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade Desigual ou Cidade Dual? Tendências do Espaço Metropolitano do Rio de Janeiro. In: Seminario Internacional sobre Grandes MetrópolisdelMercosur, 1999, Santiago. **AnaisdelSeminario Internacional sobre Grandes MetrópolisdelMercosur**, 1999.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. **Urban Fortunes: the political economy of place.**UniversityofCalifornia Press, 1987.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro:** Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro, jan. 1996.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro:** as cidades da Cidade. Rio de Janeiro, 2004.

RIO DE JANEIRO (RJ). IPP. **Indicadorews ambientais da cidade do Rio de Janeiro.** 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p.95-114. Ago-Dez. 1999.

RIBEIRO, Ana Claro Torres; SILVA, Cátia Antonia da Silva. **Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo**. Disponível na internet. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural1/p6art3.pdf>. Acesso em: 21/julho. 2010.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento urbano alternativo? A luta pela reforma urbana. In: **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. RJ: Bertrand Brasil. 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Reforma Urbana: conceito, protagonistas e história. In: **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. **IN: A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anna Blume, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo - História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistência". **Scripta Nova: Revista eletrônica de geografia e ciências sociais**, V. VI, N. 115, p. 1-19. JUN/2002.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: Ana Fani A. Carlos; Amélia Inês Geraiges Lemos (Orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Idéias&Letras. 2006.

PICKERILL, Jean; Paul Chatterton. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. **Progress in Human Geography**. September, 2007.

VAINER, Carlos. Cidades de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. 23 a 27 de maio, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Viviani de Moraes Freitas. **A (des)construção do espaço carioca na “era César Maia” (1993-2008): reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado “Pentágono do Milênio”**. Tese, IPPUR, 2009.

JUNIOR, Helcio de Medeiros. **Planejamento, estratégia e convergência para uma nova prática: um exame da experiência carioca desde os anos 1990**. Tese, IPPUR, 2008.

NOVAIS, Pedro. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano**. RJ: 7 letras, 2010.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. RJ: Mauad, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n.8, p. 47-66, jan./jun., 2000b.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. **Scripta Nova: Revista eletrônica de geografia e ciências sociais**, V. XI, N. 245, p. 1-14. Ago/2007.

RANDOLPH, Rainer. **O planejamento comunicativo é possível?: indagações e reflexões sobre novas formas de articulação entre espaço, estado e sociedade no Brasil**. Série estudos e debates; n. 7). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1995.

RANDOLPH, Rainer. **Formação de “planejadores subversivos” no Brasil? Um pequeno confronto entre uma nova proposta de planejamento e prática de formação de planejadores urbanos nos cursos de pós-graduação no Brasil**. XIII Encontro da ANPUR. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 25 a 29 de maio de 2009.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. RJ: Civilização Brasileira, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of World-Economy**. Cambridge University Press, Cambridge, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Outros territórios, outros mapas**. *OSAL, Observatorio Social de América Latina, ano VI, no. 16*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papius, 2000.

SASSEN, Saskia. Conferência sobre Cidades e Espaço. Belo Horizonte, 15/16 de agosto, 1991. P. 187-202.

HARVEY, David. Notas Hacia una teoria del desarrollo geográfico desigual. Geobaires. **Cuadernos de Geografía**. Mayo, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento urbano alternativo? A luta pela reforma urbana. In: **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. RJ: Bertrand Brasil. 2000a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Reforma Urbana: conceito, protagonistas e história. In: **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro, Laget/UFRJ. N.1, vol.1, pp.5-22. Dez, 1996a.

VAINER, Carlos B. (2001). As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **IX Encontro Nacional da ANPUR**. Anais... Rio de Janeiro, 28 de maio a 1º de junho de 2001, pp.140-151.

NATAL, Jorge Luis Alves; PEREIRA, Priscila de Góes. A que vem o desenvolvimento local? - Um aporte à luz da crítica da economia política e de uma práxis transescalar. **ANPUR**, 2009.